

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

# AURORA RABELO

*Sobre a memória:  
para uma teoria da escuta*

ZAZIE   
EDIÇÕES



*Sobre a memória:  
para uma teoria da escuta*

2021 © Aurora Rabelo  
COLEÇÃO  
PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS  
COORDENAÇÃO EDITORIAL  
Laura Erber  
EDITORA  
Laura Erber  
PREPARAÇÃO DE TEXTO  
Denise Pessoa Ribas  
REVISÃO DE TEXTO  
Maria Cecilia Andreo  
DESIGN GRÁFICO  
Maria Cristaldi

Bibliotek.dk  
Dansk bogfortegnelse-Dinamarca  
ISBN 978-87-93530-93-5

Zazie Edições  
Copenhague / Rio de Janeiro  
[www.zazie.com.br](http://www.zazie.com.br)

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

# AURORA RABELO

*Sobre a memória:  
para uma teoria da escuta*

ZAZIE EDIÇÕES



## **Apresentação**

Já se vão 30 anos desde que este texto foi escrito, provavelmente como proposta para a pesquisa de campo que eu vinha desenvolvendo sobre camponeses de Minas Gerais. Nos anos 1980 convivi algum tempo com eles no alto Jequitinhonha. Seu modo de vida vinha sendo destruído pelo avanço das empresas de papel e celulose, que plantavam florestas de eucalipto em latifúndios na região. Deparei com um cenário assustador de ruptura total e abrupta de espaço e tempo nas pequenas comunidades que subsistiam há séculos na área.

Anos depois, cursando o doutorado na Unicamp, busquei desenvolver orientações para pesquisas de campo com base em relatos, entrevistas abertas, lembranças. Um dos resultados foi este texto, cuja leitura agora me fez provar do meu próprio veneno ao me levar a uma experiência quase onírica de lembranças e emoções. Lembranças sobretudo do mundo mágico que conheci no vale do Jequitinhonha e depois no sertão do Paracatu.

Vendo tudo isso a distância, acho que pode ainda servir para jovens pesquisadores da área de ciências

humanas, abrindo caminhos para a convivência de vários discursos nas fronteiras elásticas da memória. De tudo o que vivi, o melhor foi a convivência com os camponeses, pessoas extraordinárias a quem dedico afeição eterna.

Aurora Rabelo

Belo Horizonte, 22 de dezembro de 2020

Quando a memória de uma sucessão de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele próprio que esteve neles misturado ou que lhes tenha sofrido as consequências, que teria assistido de perto ou recebido um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando essa sequência de fatos se dispersa em alguns espíritos individuais, perdidos nas novas sociedades, que estes fatos não interessam mais porque lhes são devidamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, pois, enquanto as palavras e os pensamentos morrem, os escritos permanecem.

Maurice Halbwachs

Renunciar a certos hábitos de pensar e mesmo de perceber já é difícil. Mas esta é só a parte negativa do trabalho a ser feito; e quando a fizemos, quando nos colocamos naquilo que chamávamos a virada da experiência, quando aproveitamos a nascente claridade que, ao iluminar a passagem do imediato ao útil, dá início à aurora de nossa experiência humana, resta ainda reconstruir, com os elementos infinitamente pequenos que percebemos da curva real, a forma da própria curva que se estende na obscuridade atrás deles.

Henri Bergson

Para evocar o passado em forma de imagem, é preciso poder abstrair-se da ação presente, é preciso saber dar valor ao inútil, é preciso querer sonhar.

Henri Bergson

Este texto é a descrição de uma escolha e o desenho de uma encruzilhada. Não passa de uma tentativa primeira e tateante de construção da problemática de pesquisa das lutas dos camponeses do noroeste de Minas Gerais por um pedaço de terra.

Essas lutas, constantes no contexto político brasileiro em todos os tempos, já sofreram vários tipos de interpretação, de explicação, de exclusão e mesmo tentativas de solução.

Parto, todavia, do princípio de que todos esses esforços, bem-intencionados ou não, tiveram em comum a característica de abordar esses processos “de fora”, quando não também “do alto”, ora tomando o empírico como real e trabalhando a partir de um recorte operado pelo poder (ou pelos poderes), ora dissolvendo a deliberação dos homens nas estruturas em nome do movimento geral da história. Num caso e noutro, os próprios homens, seus desejos, sonhos, decisões permaneceram desconhecidos.

Considero em segundo lugar que o objeto dessa pesquisa levanta obstáculos a uma abordagem convencional, seja no âmbito das ciências sociais, seja no da história. No primeiro porque as ciências sociais não têm conseguido relativizar a eficácia ou a importância do repertório de “instrumentos científicos” à disposição do pesquisador, amarrando os acontecimentos em registros aos quais escapam as dimensões menos palpáveis (mas não menos reais) da realidade. No segundo por não haver disponíveis, em quantidade apreciável, documentos históricos tradicionais,

colocando o pesquisador na situação de ter de fabricar o mel com as flores que tiver à mão, como dizia Lucien Febvre.

Por outro lado, esse objeto favorece a investigação na medida em que se apresenta como questão regional de fronteira nos dois sentidos: o sociológico, pois se trata da fronteira interna da agropecuária mineira, e o metafórico, por se tratar de uma realidade somente apreensível de uma perspectiva de fronteira disciplinar, aberta para abordagens não inteiramente fechadas: história cultural, das mentalidades, antropológica, sociológica...

De toda maneira justifica-se nesse caso a afirmação de Halbwachs. É realmente necessário “salvar as lembranças”, fixá-las por escrito, para que não se perca com as pessoas mais um capítulo das intervenções dos poderes e das lutas que lhe correspondem neste país.

Impõe-se, a meu ver, como ponto de partida uma definição teórico-metodológica básica. Trata-se de um trabalho de história oral. E, no meu entender, um trabalho de história oral, para não reproduzir o empiricismo ou se aprisionar no jogo das estruturas, deve em primeiro lugar procurar desenvolver o que chamarei, na falta de termo melhor, de uma teoria da escuta.

Uma teoria da escuta, penso, envolve pelo menos dois tipos de suporte analítico nos seus aspectos mais metodológicos, arriscando-me, se não a separar, ao menos a tentar enfatizar a natureza da contribuição esperada.

Para facilitar a compreensão da questão que apenas começa a tomar corpo em minha reflexão, citarei um trecho de Ralph Samuel retirado de entrevista concedida a Béatrice Avakian e publicada pela revista *Dialectiques*:

O historiador tem de se esforçar para abandonar sua crença inicial em uma transparência do discurso e tomar consciência dos processos de censura e ruptura que existem em todo sujeito. A história oral inglesa acreditou durante muito tempo [...] poder fazer uso da técnica oral em plena ignorância psicanalítica e linguística. Ora, as reconstituições e reconstruções do sujeito induzem à restituição histórica da ordem simbólica que as organiza. O discurso retido ou perdido requer, para se fazer ouvir, comunicar um código, como um livro de contas: deve produzir suas convenções. O historiador precisa, para arrancar o objetivo do subjetivo, psicanalisar a palavra e procurar infatigavelmente o latente sob o manifesto.<sup>1</sup>

Nesse caso, a contribuição da psicanálise não seria tanto o que se refere aos elementos que a definem teoricamente (como o complexo de Édipo, por exemplo), mas sim a técnica de escuta propriamente dita, aspecto que Barthes desenvolveu admiravelmente e que Samuel também identifica quando afirma: “Um dos ensinamentos mais essenciais que eu retiro das

---

<sup>1</sup> Ralph Samuel. “De professionaliser l’histoire”. *Dialectiques* 30, p. 7.

minhas entrevistas com Harding é que o interlocutor está longe de se comportar como um sujeito passivo”.<sup>2</sup>

Como essa atitude do pesquisador se expressaria no complexo sistema de entrevistas, isto é, de escuta?

Em perfeita sintonia com Samuel, Barthes analisa a escuta para mostrar como o seu objeto variou bastante ao longo da história dos homens.

Nessa variação complexa ele estabelece, para simplificar, três tipos de escuta.

A primeira, que chamou de escuta de índices, é própria de homens e animais. Define-se por ser uma escuta de alerta, atenta à presença de agressores ou de figuras gratificantes, escuta que funciona como uma espécie de reconhecimento territorial. Audição e espaço estão bastante sintonizados nesse caso.

O segundo tipo surge quando os índices são ultrapassados pelos signos e a escuta se transforma em decifração, portanto própria de homens apenas. O que agora é escutado não é mais o possível, como na escuta anterior, mas o mistério: “Aquilo que, escondido na realidade, só pode vir à consciência humana através de um código, que simultaneamente serve para cifrar esta realidade e para decifrá-la”.<sup>3</sup> Continuando, Barthes mostra como esse tipo de escuta vai estar ligado daí em diante a uma hermenêutica, isto é, escutar passa a significar “colocar-se em posição de

---

<sup>2</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>3</sup> Roland Barthes. “A escuta”. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 220.

decodificar o que é obscuro, confuso ou mudo, para fazer com que venha à consciência o ‘lado secreto’ do sentido”.<sup>4</sup> Essa escuta, sempre segundo Barthes, transforma o homem em ser dual, “em que o silêncio do ouvinte seria tão ativo quanto a palavra do locutor: a escuta fala”.<sup>5</sup>

É aí que aparece a escuta psicanalítica: “O inconsciente, estruturado como linguagem, é o objeto de uma escuta simultaneamente particular e exemplar: a escuta do psicanalista”.<sup>6</sup> Para exemplificar o que há de particularmente importante na contribuição desse tipo de escuta, damos voz a Freud através de Barthes:

Não devemos atribuir uma importância particular a nada do que ouvimos, e é conveniente que prestemos a tudo uma atenção flutuante, expressão que adotei. Economizamos, assim, um esforço de atenção [...] e nos livramos do perigo inerente a toda atenção intencional, o perigo de escolher entre as informações que nos são transmitidas. É, na verdade, o que ocorre quando fixamos deliberadamente a atenção; o analista grava na memória tal ponto que o impressiona, elimina tal outro, e essa escolha é ditada por expectativas e tendências. É justamente o que se deve evitar; ao adaptar nossa escolha à nossa expectativa, corremos o risco de encontrar apenas o que, de antemão, já sabíamos.

---

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 222.

<sup>6</sup> Idem.

Ao obedecer às suas próprias inclinações o analista falsifica tudo o que lhe é transmitido. Não devemos esquecer que a significação de muitas coisas ouvidas só nos vem muito mais tarde.<sup>7</sup>

A escuta psicanalítica teria, portanto, segundo Barthes, inaugurado a escuta moderna, com algumas características destacáveis. A escuta psicanalítica não é mais um “ato intencional de audição, atualmente nela reconhecemos o poder de varrer espaços desconhecidos”, isto é, de não espreitar apenas o inconsciente, mas também o que é implícito, indireto, suplementar.

É interessante comparar com o testemunho de Samuel retirado de suas entrevistas com Harding, líder criminoso do bairro londrino de Jago, quando a escuta inteligente permitiu escapar às malhas do entrevistado e finalmente descortinar, para além do mundo do crime (que era o que interessava ao entrevistado discutir), o contexto do cotidiano social do bairro a partir da perspectiva da infância de Harding (o que era do real interesse do entrevistador).<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Ibidem, p. 223.

<sup>8</sup> Ralph Samuel. Op. cit., p. 8: “Foi-me precioso, numa luta contínua contra suas reconstruções, abolir por manhas sucessivas a filosofia *a posteriori* de meu interlocutor a fim de restituir um dito original. De fato consegui vencer a recusa de Harding não pela violência ou pela manha, mas no acaso das conversas sobre o jogo dos meninos na rua, ao longo das quais ele abandonou subitamente o discurso da vítima e passou a fazer uma narração minuciosa de suas sensações infantis”.

Referindo-se à escuta própria das sociedades tradicionais, Barthes ilumina maravilhosamente um tipo de atitude (de escuta) que não raro é reproduzido até por cientistas sociais, supostamente atentos ao que há de complexo nessas situações:

As sociedades tradicionais conheciam dois espaços de escuta, ambos alienados, a escuta arrogante do superior, a escuta servil do subordinado (ou de seus substitutos). Este paradigma é hoje contestado, é bem verdade que de uma maneira grosseira e talvez inadequada: acredita-se que, para liberar a escuta, basta que o indivíduo tome a palavra, ele mesmo – quando, na verdade, uma escuta livre é essencialmente aquela que circula, que permuta, que desagrega, por sua mobilidade, a malha estabelecida que era imposta à palavra: já não é possível imaginar-se uma sociedade livre, aceitando de antemão nela preservar os antigos espaços de escuta do crente, do discípulo, do paciente.<sup>9</sup>

Finalmente, ele diz:

O que é escutado aqui e ali [...] não é um significado, objeto de reconhecimento ou de decifração, é a própria dispersão, o espelhamento dos significantes, que voltam sem cessar, a uma escuta que, sem cessar, produz novos significantes sem que desapareça o sentido.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Roland Barthes. Op. cit., p. 228.

<sup>10</sup> Idem.

Parece desnecessário, por um lado, e precoce, por outro, adiantar por ora a importância da linguística para a teoria da escuta.

Para terminar esta breve introdução sobre história oral e escuta, gostaria de salientar, ainda com Samuel, que o recurso à autobiografia, às entrevistas abertas, à pesquisa do subjetivo, do latente, do indireto deve permitir outra entrada no problema da consciência de classe.<sup>11</sup> Através desse repertório pode-se pôr em questão aquilo que Samuel chamou de “transparência de relações abstratas”: ter acesso às contradições e a uma perspectiva plural.<sup>12</sup> “A questão não é substituir o mito nacional por um mito local, nem procurar refúgio no familiar, mas sim apoiar-se no subjetivo, nos discursos e práticas, para levantar novas questões sobre as estruturas.”<sup>13</sup>

O segundo plano a compor a problemática mencionada deve se construir em torno de um questionamento diferente daquele com que procuramos caracterizar a teoria da escuta. Quero dizer que, enquanto no momento anterior se tentava desenvolver a análise de como escutar, agora a questão a ser esclarecida é o que se escuta.

---

<sup>11</sup> Ralph Samuel. Op. cit., p. 10.

<sup>12</sup> Idem: “Os mais próximos companheiros de Harding, judeus anarquistas, contradizem seu fascismo; seu vivo sentimento de classe, seu humanismo, sua condenação do comércio de escravos dissolvem o fascismo em uma rapsódia de contradições morais e políticas. Harding recruta ‘furadores de greve’ – esses desconhecidos da história social inglesa – e ao mesmo tempo aluga seus serviços para distribuir a imprensa dos operários em luta [...]”.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 16.

Aqui considero inevitável a intervenção da memória. Correndo o risco de simplificar excessivamente, creio ser possível dizer que a forma final de um trabalho tal como este está sendo proposto seria a de uma narrativa tecida com os fios de duas memórias: a coletiva e a histórica.

Para esclarecer essa afirmação, busquemos um ponto de partida. O pensamento de Bergson parece ser o ponto de partida óbvio, pelo peso da contribuição que deu à análise da memória e também por outro elemento fundamental em sua reflexão, a questão da liberdade. Afinal a liberdade para Bergson é consciência, memória, isto é, duração.

Já na polêmica que travou com o realismo e o idealismo, Bergson afirma a necessidade de tratar os estados de consciência a partir de si mesmos, e não como epifenômenos da matéria ou como fenômenos paralelos ao organismo. Sua preocupação básica foi sempre evitar as relações determinísticas entre matéria e consciência. Na busca de autonomização dos fenômenos da consciência, ele procurou delimitar a distância entre o corpo e a ação, distância que caracterizou como área de indeterminação, abrindo assim caminho para a ação voluntária, para a escolha livre da consciência.

Essa me parece ser uma contribuição inestimável, espécie de alerta no trato dos móveis que levam pessoas a se constituir como sujeitos de programas de ação com alto investimento pessoal, como no caso das lutas pela terra.

Outro ponto valioso desse pensamento diz respeito aos movimentos que procura estabelecer no nível da consciência, por meio dos quais os sonhos se imbricariam nas ações. A análise de Bergson me parece extraordinária no sentido de propor uma articulação de estados de consciência – em geral negligenciados ou tratados apenas no nível simbólico, como os sonhos e devaneios – com a ação concreta:

As imagens passadas, reproduzidas tais e quais com todos os seus detalhes, e inclusive com sua colocação afetiva, são as imagens do devaneio ou do sonho; o que chamamos agir é precisamente fazer com que essa memória se contraia ou, antes, se aguce cada vez mais, até apresentar apenas o fio de sua lâmina à experiência onde irá penetrar.<sup>14</sup>

Para esclarecer o modo de funcionamento das lembranças, é bom recuperar as duas distinções que Bergson faz relativas à memória.

Na primeira, ele descreve dois mecanismos por meio dos quais a memória funcionaria: por um lado, as lembranças formariam um fundo das percepções imediatas, no sentido em que perceber seria, desde logo, lembrar; por outro, a memória funcionaria como contração de uma multiplicidade de momentos num único ato de consciência.

---

<sup>14</sup> Henri Bergson. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

A segunda distinção diferencia a memória-hábito, que se produz pelo aprendizado, pela repetição e é pura ação, da memória espontânea, a verdadeira memória que registra o momento único, que imagina e representa.

A primeira distinção fornece pistas para acompanhar os relatos dos entrevistados sem perder a oportunidade de seguir o ritmo da narrativa em “territórios desconhecidos e paisagens pouco visitadas”.<sup>15</sup> A segunda diz respeito à possibilidade de fazer operar mecanismos de resgate de uma pela outra.

Finalmente, mesmo num resumo apressado como este, considero necessário deixar claro que o filão a ser explorado na sequência desta reflexão é a teoria bergsoniana da duração, através da qual o autor resgata a continuidade entre extenso e inextenso, homogêneo e heterogêneo, qualidade e quantidade.

Se o pensamento de Bergson é um ponto de partida para a discussão da memória e também uma referência de fundo para suporte de relatos, em geral obtidos individualmente, é a contribuição de Maurice Halbwachs que fornecerá o conteúdo do processo de escuta.

Para não repetir aqui as objeções que Halbwachs levantou à filosofia de Bergson, nem a avaliação do peso do pensamento de Durkheim no seu próprio, algo já feito por Ecléa Bosi, limito-me ao objetivo desta discussão, que é apenas o de apontar os ele-

---

<sup>15</sup> *Ibidem*, pp. 54-55.

mentos que contribuíram para a problemática e em que sentido os compreendo no contexto da pesquisa mencionada.

O elemento mais importante a ser explorado é justamente o corte que Halbwachs operou em relação a Bergson, estabelecendo uma descontinuidade não mais entre consciências individuais, mas entre a memória do vivido e a memória histórica.

A primeira contribuição de Halbwachs vai no sentido de mostrar, contrariamente a Bergson, que a memória é sempre coletiva pela simples razão de que nunca se está completamente só. É que, em muitos casos, alguém pode ter a impressão de experimentar sensações verdadeiramente individuais apenas por não ter identificado as correntes de pensamento nas quais estava efetivamente integrado.

Para Halbwachs, a memória e o esquecimento dependem da permanência ou do afastamento dos grupos aos quais já se pertenceu, bem como do maior ou menor engajamento neles. Ele percebe a sutileza do fato de que as correntes de pensamento às quais nos ligamos são comumente “tão invisíveis como o ar que respiramos”, portanto frequentemente não identificáveis.

Se a memória é por definição coletiva, as lembranças pessoais são naturalmente as mais difíceis de ser resgatadas, por haver poucos suportes externos, nos grupos, que facilitem sua emergência. Para Halbwachs, “a gente lembra somente sob a condição de se colocar no ponto de vista de um ou de vários grupos e de se

colocar em uma ou várias correntes de pensamento”.<sup>16</sup> A lembrança individual é, assim, um ponto de vista sobre a memória coletiva, tão flexível e cambiante quanto o fato de uma pessoa poder pertencer a vários grupos, ter várias posições diferentes nos diversos grupos e essas posições variarem ao longo do tempo.

O autor de *A memória coletiva* distingue, desse modo, dois tipos de memória: a voluntária e a involuntária, embora entre as duas não estabeleça senão diferença de grau. A distinção se baseia no grau de acessibilidade ao domínio público no sentido já visto de que, quanto mais a memória for apoiada na memória de outros, mais fácil será o seu resgate pela lembrança. Evocamos facilmente os momentos do passado que pertencem ao domínio público e temos dificuldade justamente em recuperar os fatos que concernem apenas a nós, que constituem, como diz o autor, “o nosso bem mais exclusivo”.

Disso Halbwachs conclui que, se as lembranças pessoais mais íntimas mantêm relações óbvias com os diversos grupos a que pertencemos, para evocá-las é preciso interrogar de modo adequado. O que essa perspectiva nos dá até agora é um quadro extremamente rico e flexível de análise em que a memória fornece a substância para a identificação de sujeitos coletivos constituídos através dela, memória, variando a posição em razão dos cruzamentos de indivíduos

---

<sup>16</sup> Maurice Halbwachs. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

e de grupos. Parece bem promissor, no sentido de permitir que se viaje por “territórios desconhecidos” em busca de elementos que iluminariam a questão da consciência de classe sem ter que colocar a clássica disjuntiva indivíduo × classe.

Por aí ainda o autor vai distinguir níveis de memória: autobiográfica, pessoal ou interna, em cujo quadro decorreria a vida pessoal e onde as lembranças tomariam lugar. Por outro lado, o indivíduo é membro de um ou mais grupos com os quais contribuiria com suas lembranças. É claro, portanto, que a memória individual não se confunde com a memória coletiva. Ela funciona como um ponto de cruzamento das várias correntes de pensamento existentes na sociedade. No entanto, a memória individual é limitada no tempo e no espaço e pode se completar com a memória histórica.

Reaparece aqui a questão da descontinuidade que marcaria, segundo Halbwachs, a distância entre memória coletiva e memória histórica, esta sendo por definição, para ele, um resumo esquemático do passado, em oposição à memória coletiva, que apresentaria um quadro “contínuo e denso” da nossa própria vida. É porque a memória coletiva se distingue da memória histórica no plano do vivido que os grupos alcançam o passado por meio das lembranças dos membros mais velhos, que representam a manutenção de linhas de pensamento e de experiência antigas que vêm se acrescentar às dos mais novos. Por esse motivo, o lembrar, para Halbwachs, terá um sentido totalmente

diverso do que tem para Bergson. Enquanto para este o passado (no sentido ontológico, do ser) é preservado inteiro pela memória, para Halbwachs “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores [...] onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”.<sup>17</sup>

Assim concebida, a memória se transforma em uma categoria flexível, rica, sugestiva, incapaz de aprisionar o real em qualquer camisa de força. Pelo fio contínuo do vivido, a memória coletiva se distingue da memória histórica, ou, melhor dizendo, as memórias coletivas, por serem várias (tantas quantos forem os grupos existentes), se distinguem da memória histórica, esta sim única, descontínua, esquemática.

Essa descontinuidade permite identificar a distância, ou as distâncias, entre os diversos grupos e a memória histórica, como no caso dos camponeses brasileiros, que se sentem muito longe da marcação oficial dos acontecimentos que interessam à nação como tal e que às vezes nem afloram à superfície do vivido. Tal descontinuidade constitui um veio riquíssimo a ser explorado no contexto específico da pesquisa proposta.

É possível concluir facilmente da obra citada de Halbwachs que é no plano da memória que se constroem as identidades – camponesa, sertaneja, ribeirinha etc. –

---

<sup>17</sup> Ibidem, p. 71.

e que é no plano da memória, igualmente, que se reconstruem as tradições. Da mesma forma, compreende-se a história como o desejo de continuidade, levando a tentativas de frustração do descontínuo por meio das pontes que ligam o passado ao presente.

Segundo o próprio Halbwachs, uma característica marcante da história, da memória histórica, é nunca poder falar de dentro de nenhum grupo, sendo forçada a condensar-se e circunscrever-se a um tempo homogêneo. Esse tempo social se filia ao tempo da astronomia e da física, mas é ultrapassado pelas representações do tempo dos diversos grupos. Assim, cada grupo tem sua própria representação do tempo e sua própria memória, que necessariamente se encontrarão a certa distância do tempo social.

Isso significa que, em uma pesquisa que leve em consideração essa multiplicidade de representações e de memórias, será preciso também considerar a diversidade de interpretações dos acontecimentos, ou, melhor dizendo, nas palavras de Halbwachs: “Trata-se de grupos que estão, tanto um quanto o outro, no espaço. O acontecimento também se produz no espaço, e pode ser que um e outro grupos o percebam. Mas o que importa é a maneira como o interpretam, o sentido que lhe dão”.<sup>18</sup>

Da mesma forma, o sentido de transformação social – o ritmo dessa transformação – será distinto para os diversos grupos em fases diferentes de sua

---

<sup>18</sup> Ibidem, p. 116.

duração, sem a possibilidade de fazer comparações. É assim que Maurice Halbwachs diz que o tempo é na pequena cidade da roça, o que tem de ser, bem como na cidade – o ritmo é o que é. Se as diversas correntes de pensamento coletivo não penetram realmente jamais umas nas outras e não podem ser colocadas e mantidas em contato, é bem difícil dizer se o tempo escoia mais rápido para uns do que para outros.

Finalmente, a outra grande sugestão de pesquisa surge da concepção de espaço elaborada por Halbwachs. Ele deu um passo à frente de Bergson ao não separar em momento algum tempo e espaço. Ao contrário, ele diz:

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro-negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras. Como a imagem do quadro evocaria aquilo que nele traçamos, já que o quadro é indiferente aos signos, e como, sobre um mesmo quadro, poderemos reproduzir todas as figuras que se quiser? Não. Todavia, o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos.<sup>19</sup>

O papel do espaço é tão importante quanto o do tempo na conservação e na invocação das lembranças

---

<sup>19</sup> Ibidem, p. 133.

coletivas, pois, para Halbwachs, “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”.<sup>20</sup>

A importância dessa categoria, assim construída, para a pesquisa dos camponeses em luta por espaço, por um pedaço de chão, impõe-se, sobretudo se forem consideradas as características da região investigada: as terras em questão são diferentes na história de sua ocupação e têm estatutos jurídicos distintos, o que cria grandes problemas com relação à legitimação das pretensões.

Para terminar, vale lembrar:

Há tantas maneiras de representar o espaço quantos sejam os grupos. Podemos fixar nossa atenção nos limites das propriedades, nos direitos que estão ligados às diversas partes do solo, distinguir os lugares ocupados pelos senhores e escravos, suseranos e vassalos, nobres e plebeus, credores e devedores como zonas ativas e passivas, de onde emanam ou sobre as quais se exercem os direitos relacionados ou supressos às pessoas. [...] Assim, cada sociedade recorta o espaço a seu modo, mas por sua vez para todas, ou seguindo sempre as mesmas linhas, de modo a constituir um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças...<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Ibidem, p. 143.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 160.

AURORA RABELO foi professora do Departamento de Ciência Política da UFMG. Vive em Minas Gerais, entre Belo Horizonte e Conceição do Mato Dentro, onde produz a cachaça artesanal Bento Velho.